

Ant. 017/89

Ives Gandra da Silva Martins

PIOR A NOVA DO QUE A VELHA

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,
Professor Titular de Direito Econômico
da Faculdade de Direito da Universidade
Mackenzie, Presidente da Academia Internacional de Direito
e Economia e Presidente do Conselho Superior de
Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do
Estado de São Paulo.

Aqueles que se debruçarem sobre a realidade econômica brasileira, nos últimos 35 anos detectarão 7 fases nítidas no processo de sua evolução.

A primeira delas começa com Juscelino Kubtschek, que promoveu o desenvolvimento nacional, atraindo capitais estrangeiros e estimulando investimentos próprios no país, de forma desordenada, mas eficaz. Colocou o ex-presidente o Brasil na rota do progresso, embora o entregasse a seu sucessor com uma inflação de 25% ao ano, já, então, considerada elevada.

A segunda fase nasce com o presidente Jango Goulart. Este desestimula os investimentos privados, teoriza um distributivismo sem produção, acelera o ritmo inflacionário, desorienta a nação e gera um movimento popular empalmado pelos militares, que desembocou na Revolução de 1964. Nesta época, o país regrediu economicamente, apesar da aceleração inflacionária (94% ao ano, em 1964). Deve-se lembrar que Brizola deu apoio total à política de Jango.

A terceira fase representou grande avanço para o país. A inflação caiu de 94% para 25% entre 1964 e 1967, depurou-se a economia, estabilizando-se a moeda e se criou, novamente, condições para a arrancada nacional em busca de outro patamar de evolução.

Neste período, principiava o mundo a ingressar num "boom" sem precedentes, graças ao custo irrisório do petróleo, e que permaneceu até o 1º choque do petróleo (1973). Os arquitetos de

7

sua economia equilibrada e avançada (Gouveia de Bulhões e Roberto Campos) foram substituídos pelo comando de Delfim Neto, que soube aproveitar, de forma inteligente, aquela fase áurea porque passava o mundo, reduzindo a inflação não para 12%, mas para 15% anuais em fins de 1972, e, nada obstante o fracasso em 1971 de sua política para o mercado de capitais, ao deixar o governo, deixou-o com uma economia forte e estabilizada. Esta foi a quarta fase.

A quinta fase vai de 1973 a 1979. Neste momento, o país comete alguns erros fatais de avaliação. Partiu-se para a implantação de alguns projetos bons (hidroelétricas, comunicações, etc.) e alguns maus (projeto nuclear), financiados pela facilidade de se obter dinheiro no mercado externo, mas com taxa de juros flutuantes. É que, à época, os investidores tradicionais do mercado financeiro internacional, estavam sendo substituídos pelos dos países produtores de petróleo, passando o perfil desses empréstimos a ser reduzido de longo para curto ou curtíssimo prazo.

A retração, por uma recessão mundial dos tomadores tradicionais de recursos no sistema, levou a Banca Internacional a procurar novos tomadores, encontrando fértil campo de aplicação, sem lastro e sem fiscalização, nos países do terceiro mundo.

De todos os países que obtiveram dinheiro emprestado neste período, o Brasil foi o que melhor o aplicou, apesar dos desperdícios e de certa flexibilidade moral que nesta matéria parece ter sido a nota dominante no Brasil e em todos os países do terceiro mundo, desvirtuando, em parte, a natureza dessa forma de investimento.

Com o segundo choque do petróleo (1979), o Brasil ingressou numa 6a. fase, qual seja, aquela em que o preço do petróleo obrigava o país a dispender metade de seu esforço exportador para pagar a importação do ouro negro e em que o mundo ingressava, decididamente, para o protecionismo no comércio internacional.

Mário Henrique Simonsen, percebendo a crise que se avizinhava

buscou cortar pela metade o orçamento federal, objetivando, reduzir, drasticamente, o "deficit público" quando a inflação já atingia a casa dos 35% ao ano. Afastado pela pressão dos Ministérios desperdiçadores e da tese de que seria possível crescer sem necessidade de combate ao terrível mal, o Brasil teve a condução de sua economia transferida, mais uma vez, para Delfim Neto que cometeu um engano brutal de setembro de 79 a outubro de 80, submetendo-se à ilusão de que o desenvolvimento poderia ser feito sem severo controle da inflação, com o que esta saltou, neste período, de 35 para 120%, nada obstante o crescimento do PIB em 10%.

Em outubro de 1980, voltou o hoje deputado à política de controle do "deficit público", mas já com uma economia descompassada e com uma recessão mundial acelerada, em face do rígido combate que os outros países faziam de sua própria inflação. Tal recessão desembocou no Setembro negro de 1982 (moratória mexicana) e foi bem administrada, a partir de 1980 (Outubro) por Delfim Neto. Este, apesar da crise mundial, entregou o país ao Presidente Sarney, em março de 1985, com crescimento do PIB em quase 5% ao ano, reservas de 10 bilhões de dólares, inflação estabilizada em torno de 200%, e com a agropecuária, indústria e comércio preparados para novamente deslançarem.

Tancredo Neves, quando indicou Francisco Dornelles, pretendia aproveitar os aspectos positivos apresentados no fim de 1984 e combater os negativos, em que o "deficit público" constituir-se-ia no alvo imediato de sua luta.

Como Tancredo tinha respaldo popular, poderia desagradar os políticos, tomar as medidas saneadoras necessárias, reduzir dramaticamente a máquina administrativa e restabelecer a confiança no país em 2 anos, com o que poderia nos 2 anos restantes colher os frutos saneadores da política que idealizou.

Sua morte trágica enterrou o projeto redentor e a nova República retornou os ares do período Jangista. Voltou ao desestímulo ao investimento, à poupança e ao trabalho. Tornou-se populista e distributivista sem produzir. Passou a prometer, sem cumprir e a

viver de "slogans" e não de realizações.

Nesta última fase, os investimentos públicos foram afetados, os privados perseguidos, o crescimento eliminado, a desordem social instalada, os salários aviltados, a inflação acelerada, a carga tributária elevada e a máquina administrativa, em todas as esferas, consideravelmente aumentada.

A nova República, portanto, apenas foi boa para os detentores do poder e foi desastrosa para a sociedade, para o futuro do país, tendo o Brasil em fins de 1988 o curioso privilégio de ter acumulado um PIB negativo de 3,8% e uma inflação positiva de 938%!!!

À evidência, não apenas à inapetência presidencial, mas à incompetência do Congresso se deve a terrível "performance" da economia nacional, que afeta a todos e continuará cada vez mais perversa, enquanto se mantiver a pior das Constituições que o Brasil já produziu, a inércia condenável do poder Executivo e a preguiça demagógica de um Congresso, que é pago para trabalhar e não trabalha.

A velha República cometeu acertos e erros, erros estes que condenei contundentemente no meu livro "O Poder" (Ed. Saraiva, 1984). A nova República apenas cometeu erros. Ao lado dos dirigentes da Nova República, os dirigentes da velha se transformaram, neste país milagroso, em autênticas carmelitas descalças.

